

COMUNIDADES DO CERRADO DO PANTANAL: impactos e conflitos socioambientais mapeados.

PANTANAL CERRADO COMMUNITIES: socio-environmental impacts and conflicts mapped.

Jucieli Bertoncello

Mestre, Secretaria Municipal de Educação, Juara-MT.
E-mail: profjucieli@gmail.com

Michelle Tatiane Jaber da Silva

Doutora, Universidade Federal de Mato Grosso,
Brasil.
E-mail: michellejaber@gmail.com

Regina Aparecida da Silva

Doutora, Universidade Federal de Mato Grosso,
Brasil.
E-mail: rasbio@gmail.com

Aceite 03/10/2022 Publicação 12/10/2022

RESUMO

Esse texto é fruto da pesquisa de mestrado intitulada " Conflitos socioambientais e mudanças climáticas sob o olhar das juventudes camponesas de Poconé-Mato Grosso". O objetivo desse artigo é refletir a partir das narrativas dos/as moradores/as das comunidades que participaram do I e II Mapeamento Social sobre os impactos e conflitos socioambientais existentes nas Comunidades do Cerrado do Pantanal, mesmo o foco ser a percepção das juventudes de Zé Alves e Laranjal, consideramos importante conhecer o contexto local junto com os/as moradores/as das comunidades. A proposição investigativa apoia-se no método qualitativo, tendo como táticas metodológicas o Mapa Social que busca evidenciar os grupos invisibilizados e as injustiças socioambientais que transformam-se em conflitos à medida que a resistência e mobilização vão se instaurando nos territórios. Para obter as informações que compõem esta pesquisa, realizamos sete trabalhos de campo, dois seminários de mapeamento com as comunidades inseridas no Cerrado do Pantanal, doze entrevistas semiestruturadas com as juventudes das comunidades Zé Alves e

Laranjal, ademais fontes secundárias (relatórios, artigos e censos) sobre as comunidades pesquisadas. Por intermédio do mapeamento foram registradas seis causas propulsoras de conflitos: disputa por terra, desmatamentos, queimadas, garimpo, disputa por água e uso de agrotóxicos que ocorrem principalmente entre quilombolas e fazendeiros; assentados e fazendeiros; povos tradicionais e fazendeiros; e entre quilombolas e quilombolas.

Palavras-chave: Comunidades do Cerrado do Pantanal. Moradores/as. Impactos e conflitos socioambientais.

ABSTRACT

This text is the result of the master's research entitled "Socio-environmental conflicts and climate change from the perspective of peasant youth in Poconé-Mato Grosso". The objective of this article is to reflect from the narratives of the residents of the communities that participated in the I and II Social Mapping on the socio-environmental impacts and conflicts existing in the Communities of the Cerrado do Pantanal, even the focus being the perception of the youths of Zé Alves and Laranjal, we consider it important to know the local context together with the residents of the communities. The investigative proposition is based on the qualitative method, having as methodological tactics the Social Map that seeks to highlight the invisible groups and the socio-environmental injustices that become conflicts as resistance and mobilization are established in the territories. To obtain the information that makes up this research, we carried out seven fieldworks, two mapping seminars with communities located in the Cerrado do Pantanal, twelve semi-structured interviews with youths from the Zé Alves and Laranjal communities, in addition to secondary sources (reports, articles and censuses).) on the communities surveyed. Through the mapping, six causes of conflict were recorded: dispute over land, deforestation, fires, mining, dispute over water and use of pesticides that occur mainly between quilombolas and farmers; settlers and farmers; traditional peoples and farmers; and between quilombolas and quilombolas.

Keywords: Communities of the Cerrado do Pantanal. Residents. Impacts and socio-environmental conflicts.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada em duas comunidades localizadas aproximadamente a 110 km da capital Cuiabá, na MT-451 (Rodovia Adauto Leite), município de Poconé/MT. Sendo a comunidade tradicional Nossa Senhora de Lurdes (conhecida como Zé Alves), localizada às margens da MT-451 no km 17 e a Comunidade Remanescente de Quilombo Laranjal, às margens da estrada vicinal do Buriti, a 15 km da rodovia asfaltada MT-451, com entrada para a comunidade no km 13. Ambas fazem parte de um conjunto de aproximadamente 70 comunidades localizadas na transição entre o Cerrado e o Pantanal mato-grossense, ficando assim conhecida por seus/suas moradores/as que são quilombolas, tradicionais e assentados como "Comunidades do Cerrado do Pantanal".

Em meio a essa diversidade de dois biomas, o avanço acelerado dos latifúndios de monoculturas tem colocado em risco a biodiversidade e a existência dessas comunidades e dos grupos presentes neste território. Muitos se sentem ameaçados, pois esse modelo econômico continua reproduzindo ações de violência, opressão, exploração e expulsão dos “[...] povos do campo, das florestas e das águas [...]” (CARNEIRO; NETO, 2013, p.09) como o sistema latifundiário instituído durante o Brasil colônia, após o fim do regime das sesmarias. Esse sistema desde quando foi criado tem conseguido estabelecer o controle territorial impedindo que esses grupos tenham acesso e consigam permanecer nos territórios, mantendo viva sua cultura, identidade e a forma de se relacionar com a natureza.

Na tentativa de permanecerem nos territórios do campo, as comunidades inseridas no Cerrado do Pantanal que possuem uma cultura e identidade muito particular, assim como os diferentes grupos sociais mapeados por SILVA (2011), estão se organizando coletivamente e resistindo/re-existindo a todos os tipos de violência e violação de direitos provocados por esse “[...] moderno-colonial de acumulação capitalista” (PORTO-GONÇALVES *et al.*, 2016, p. 85) que devasta os territórios por meio dos desmatamentos para a introdução das monoculturas, e as atividades como pecuária e extrativismo mineral já consolidada nesta região.

A ocupação dos bens naturais (água, solo, fauna, flora, entre outros) de forma avassaladora como têm ocorrido no Cerrado do Pantanal contribuem para as mudanças climáticas, e provocam efetivamente em maior e menor escala conflitos socioambientais. Para Cosme (2016), os conflitos socioambientais ocorrem quando diferentes sujeitos sociais constroem relações entre sociedade-natureza de maneira oposta/antagônica, essa lógica iniciada durante a colonização se perpetua atualmente, conseqüentemente os grupos sociais foram e continuam sendo violentamente reprimidos e oprimidos.

Para promover o debate desta pesquisa que resulta da dissertação de mestrado, primeiro apresentamos as raízes dos conflitos socioambientais; na sequência, as escolhas metodológicas para a realização dos mapeamentos; na terceira etapa os relatos do I e II Mapeamento Social do Cerrado do Pantanal; e para finalizar algumas considerações da pesquisa.

AS RAÍZES DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Os cenários conflituosos da modernidade não são ações pontuais e momentâneas que nasceram hoje, são advindas das relações entre sujeitos desiguais iniciadas com os colonizadores europeus que escravizaram negros africanos trazidos em condições desumanas para servirem de mão de obra escrava barata ou serem vendidos como mercadorias como se fossem um povo sem identidade, e a violência física e simbólica para dominar e explorar os povos indígenas que habitavam esse território.

É evidente que as relações estabelecidas entre colonizador, negros africanos e povos indígenas revelam a primeira cena de um Brasil que se constitui historicamente marcado pela opressão, exclusão e submissão dos grupos sociais com menos poder econômico. Darcy Ribeiro (1995) afirma que foi um "encontro fatal que ali se dera", ou seja, um desencontro de gente índia marcado por ciclos de violências contra os povos indígenas somada a destruição da natureza.

Para compreender esses cenários de violência, violação de direitos e injustiças socioambientais que originaram e originam os conflitos, recorro aos inscritos de Boff (2016, p. 10) que afirma que somos herdeiras de quatro sombras históricas que refletem na sociedade moderna:

[...] o nosso passado colonial violento, o genocídio indígena, a escravidão, "a mais nefasta de todas", e a Lei de Terras que excluiu os pobres e afrodescendentes do acesso à terra, e os entregou "ao arbítrio do grande latifúndio, submetidos a trabalho sem garantias sociais.

Em relação à primeira sombra, o autor afirma que todos os processos colonizatórios foram violentos, nesses projetos invadiram terras, desconsideraram os diferentes grupos nos territórios e submetê-los a assumir a cultura do invasor/colonizador; a segunda sombra representada pelo genocídio e a expulsão de milhões de índios das suas terras que eram por direito, dando início à economia de exploração, revertendo a relação de adaptação para o domínio da natureza. Jaber-Silva (2012, p. 27) destaca que "os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem a fúria por terra e riquezas dos colonizadores que aqui chegaram".

A terceira sombra, considerada a mais nefasta e violenta de todas, foi a escravidão dos negros trazidos da colônia africana para o Brasil, como peças de carvão a serem consumidos pelo processo de produção, durante a escravidão foram negados o direito à humanidade, desrespeitando e discriminando a cultura e as religiões afro. Neste contexto, Lima (2011) destaca que o Brasil é o resultado de uma

grande empresa transnacional que veio a serviço dos colonizadores europeus, e para deixá-la funcionando não mediram esforços, desconsideraram as relações entre sociedade-natureza e consideraram apenas os interesses capitalistas.

Para Lima (2011) a formação atual não mudou muito, mas manteve o Brasil dependente do grande negócio mundial, transformado em mero exportador de *commodities*. Países como o Brasil que são exportadores de *commodities* estão mais suscetíveis aos conflitos socioambientais, podendo ocorrer durante a extração dos elementos da natureza, da geração de energia utilizada ou na produção de mercadorias, além de serem associados a ocupação de terras; a poluição causada por fábricas, veículos e depósitos de resíduos; as minas de ferro; fundições, siderúrgicas e fábricas de alumínio; extração e refino de petróleo ou de gás; ou ainda a extração de material de construção (PORTO; MILANEZ, 2009).

Para o autor novos conflitos são cada vez mais frequentes, principalmente porque a lógica capitalista está pautada no desenvolvimento economicista, restrito no produtivismo, consumismo que desrespeitam a vida humana, as culturas, os valores dos povos nos territórios, os ecossistemas por meio de ações extremamente exploratória e concentradora de poder e riqueza que transformam bens naturais em recursos. Nesse sentido, novos conflitos são gerados nesse rearranjo de processos econômicos que estão interligados entre acesso aos bens naturais para ser transformado em “[...] recurso para a acumulação capitalista e é reproduzida em bens de consumo, duráveis ou não” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 09) e a diversidade de grupos sociais que são invisibilizados e expropriados dos seus territórios pela exploração constante e de forma predatória dos bens naturais.

Todas as artimanhas orquestradas pelos grandes latifundiários para expropriarem as populações do campo são causas propulsoras de conflitos. Canuto et al. (2016, p. 15) define que os conflitos são “[...] ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção”, entre grupos sociais que possuem diferentes modos de se relacionar com o ambiente. Para Silva (2015, p. 41), “desde o início da formação do Brasil a terra tornou-se sinônimo de riqueza e poder” para obtê-las manobras ilegais sempre foram cometidas.

Essas manobras têm suas raízes em 1530 quando a Coroa Portuguesa instituiu as capitanias hereditárias e escolheu um nobre donatário para desempenhar funções administrativas. As capitanias estabelecem o sistema de sesmarias, os

sesmeiros arrendavam os lotes de terras para pequenos agricultores sem medi-las ou demarca-las, os grandes arrendatários pressionavam os camponeses para desmatarem outras áreas para realizarem a extração da madeira. As sesmarias tornaram-se então áreas particulares, adquiridas de maneira irregular formando os grandes latifúndios improdutivos da atualidade (WELCH, 2013). Os latifúndios nascem da irregularidade e permanecem na irregularidade.

Diante desse quadro de violação de direitos, Boff (2016) apresenta a Lei de Terras como a última sombra de um processo colonizatório que excluiu os pobres e afrodescentes, além de os entregarem ao arbítrio do grande latifúndio, submetendo-os a trabalhos sem garantias econômicas e sociais, para o autor a Lei de nº 601 explica grande parte dos conflitos no campo da atualidade. Ficando estabelecido que a aquisição se daria mediante a compra, posseiros e escravos libertos não tiveram recursos suficientes para adquiri-las, a exclusão também ocorreu durante a elaboração podendo participar somente a classe dominante, sendo projetada para impedir que o modelo agrário caracterizado pelo pequeno agricultor não se desenvolvesse.

As terras passaram a ser tratadas como mercadorias objetivando atrair investidores e imigrantes para o Brasil (BOFF, 2016; WELCH, 2013). Com a ausência de terras, os posseiros e escravos libertos foram obrigados a vender a força de trabalho para os donos dos grandes latifúndios em troca de salários bem abaixo do valor. Os opressores iniciaram sua hegemonia em 1500 e permanecem até hoje, sustentando suas vantagens sobre as desvantagens dos grupos sociais desfavorecidos economicamente. Na compreensão de Cosme (2016), todos os grupos que constroem relações sociais e uma relação sociedade-natureza oposta/antagônica a essa lógica dominadora que busca transformar a natureza em recurso para o desenvolvimento e acumulação do capital, são violentamente reprimidos.

Reflexões dessa natureza permitem compreender que o desenvolvimento econômico baseado nos princípios capitalista, é ambientalmente insustentável e socialmente injusto, ademais, contribuíram para que os conflitos socioambientais se intensificassem. Conflitos “podem ser definidos pelo embate entre grupos sociais a partir de seus interesses e valores envolvendo de forma central questões ecológicas, como o meio biofísico, o uso dos territórios e seus recursos naturais (bens naturais)” (PORTO; MILANEZ, 2009, p. 1984).

ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Nesse movimento de conhecer o desconhecido, dar visibilidade aos oprimidos e responder um dos objetivos, que consiste em mapear os conflitos socioambientais existentes nas comunidades do Cerrado do Pantanal, foi escolhida a metodologia criada e desenvolvida do âmbito do GPEA, fortemente ancorada na fenomenologia, denominada *Mapa Social* (SILVA, 2011). A metodologia adotada tem como objetivo registrar por meio das autodenominações e autonarrativas as identidades, territórios e conflitos socioambientais vivenciados pelos grupos sociais, oferecendo diversos olhares, especialmente aqueles que foram sempre negados pelo processo colonizatório, pelo poder dos ruralistas, do capitalismo e invisibilizados em meio aos grandes latifúndios presentes neste estado (SILVA, 2011).

No mapeamento com comunidades do Cerrado do Pantanal buscamos em um primeiro momento, por meio do mapeamento participativo, evidenciar os principais conflitos socioambientais em uma área de transição entre o bioma Cerrado e o bioma Pantanal. Posteriormente, com um olhar mais aproximado da realidade das comunidades, levando em consideração os conflitos mapeados, almejamos compreender a percepção das juventudes acerca desses conflitos socioambientais mapeados e das mudanças climáticas. Para a realização do mapeamento, “partimos do pressuposto que os processos de mapeamentos participativos devem ser elaborados **COM** e, principalmente, **PELAS** comunidades e grupos envolvidos” (SILVA; JABER-SILVA; SATO, 2012, p.12), mapear com e pelos/as grupos envolvidos além de possibilitar a participação em todo o processo é uma fonte inquestionável de informações.

Na metodologia *Mapa Social*, Silva (2011) utilizou o termo “olhar de passarinho” e o “sentir de passarinho” descrito por Sato (2011) em seu texto “Cartografia do imaginário no mundo da pesquisa”. O olhar do passarinho para Silva (2011, p. 52) ofereceu “[...] uma paisagem global possibilitando o mapeamento dos grupos sociais de todo o Estado”. Durante a realização desta pesquisa, o olhar do passarinho, esse olhar macro ofereceu a paisagem global do mapeamento social do estado de Mato Grosso considerando as identidades, territórios e conflitos socioambientais vivenciados pelos grupos sociais.

Já o sentir de passarinho na compreensão de Silva (2011, p.52), possibilita “[...] uma dimensão da paisagem local, no chão empírico da pesquisa” [...]. Nesta pesquisa, com os conflitos socioambientais já mapeados, com um olhar mais aproximando da realidade podemos viver o tempo comunidade, tanto em Zé Alves como em Laranjal, possibilitando assim, realizar as observações em *lócus* e as entrevistas semiestruturadas com 12 jovens das duas comunidades que foram gravadas e registradas no caderno de campo.

Para responder os objetivos propostos nesta pesquisa três momentos distintos que se complementam foram avaliados. Primeiro, foi realizado o I Mapeamento Social do Cerrado do Pantanal, os relatos dos Grupos de Trabalhos – GT também compõem os dados dessa pesquisa; o segundo momento mais introspectivo, foi efetuado as entrevistas com um roteiro de perguntas semiestruturadas com as juventudes da comunidade Zé Alves e Laranjal, além das entrevistas com moradores/as antigos/as para compreender o contexto histórico das comunidades. Posteriormente, realizou-se o II Mapeamento Social do Cerrado do Pantanal, tendo como objetivo validar e complementar as causas propulsoras de conflitos socioambientais envolvendo outras comunidades localizadas no município de Poconé/MT.

IMPACTOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS MAPEADOS

Apresentamos as narrativas dos/as moradores/as das comunidades que participaram do I e II Mapeamento Social das Comunidades do Cerrado do Pantanal sobre impactos e conflitos socioambientais. Durante os mapeamentos foram registradas seis causas propulsoras de conflitos socioambientais: disputa por terra, desmatamento, garimpo, disputa por água, agrotóxicos e queimadas. Também participaram do mapeamento o assentamento Cavalo Branco e Campo Limpo, porém, afirmaram que não existem situações dessa natureza no território.

Considerando a realidade vivenciada nos territórios optamos por iniciar falando sobre os conflitos por terra. Para Jaber-Silva (2012), conflitos pela posse da terra são históricos, representam a dominação e o poder de um grupo sobre outro, assim, sua dominação, invasão e concentração implicam em outras disputas como pelo acesso à água e outros bens naturais que serão evidenciados por meio das narrativas registradas dos/as moradores/as durante os mapeamentos. A narrativa de uma moradora de Laranjal mostra que estão em conflito aproximadamente trinta anos.

“[...] está em conflito por terra, não tem como negar, o pessoal do INCRA sempre está aqui lutando por essa batalha junto com nós, as casinhas tudo na beira da estrada” (Adna Senhora Teixeira - Relato durante o I Mapeamento).

Os/as moradores/as encontram-se confinados entre as cercas dos grandes latifúndios, impossibilitados de realizarem qualquer atividade produtiva, seja de subsistência ou comercialização. A expansão dos monocultivos em direção às comunidades escondem as principais causas geradoras de impactos, conflitos e injustiças sociais e ambientais no campo. A introdução das monoculturas fortalece as disputas territoriais, ocasiona a degradação dos ecossistemas que afeta as populações que dependem do ambiente para sobreviver, ocasiona a contaminação das populações expostas como trabalhadores/as e moradores/as próximos as áreas pulverizadas, e provoca impactos ambientais que afetam os corpos hídricos e a produção de alimentos (PORTO, 2013).

Na contramão dessas atividades, os quilombolas realizavam o extrativismo do Cumbaru e outras espécies nativas nas fazendas da região, essa era uma forma encontrada para complementar a renda. Com os desflorestamentos e a substituição das pastagens pelas monoculturas, essa atividade deixou de ser realizada, restando-lhes a opção de vender a força de trabalho para os grandes proprietários de terra. Em relação a essa situação relata que antigamente a:

“[...] fazenda era do Laércio, Laércio permitia a entrada na fazenda. A partir que vendeu para o Daniel, chegou e destruiu tudo em 2005, foi nessa época que apareceu o aumento do desmatamento. Quando desmatou não teve conflito. A gente é fraca, como você vai bater de frente com os fazendeiros sozinho, até mata a gente, hoje é a primeira vez que nós falamos disso, que ninguém nunca nem lembrou. Pelo levantamento que o INCRA está fazendo nós vamos pegar uma região de pouco Cumbaru” (Adna Senhora Teixeira - Relato durante o I Mapeamento).

A narrativa mostra situações de opressão e violação de direitos individuais e coletivos que sofrem em virtude da morosidade da justiça brasileira em assegurar a regularização fundiária dos territórios. Acreditamos que o silenciamento ocorre devido as situações de violência física e simbólica empregada contra seus antepassados, marcados por tentativas de assassinatos, ameaças de morte, expulsão das terras praticadas por jagunços contratados por fazendeiros.

Nesse cenário conflituoso, a morosidade para implementar políticas de regularização fundiária contribui significativamente para aumentar a precariedade nas condições e qualidade de vida das populações quilombolas, também contribui para gerar e agravar ainda mais situações de inseguranças e instabilidade nesses territórios (MOREIRA, 2017). Na compreensão de Silva (2015, p.45) o estado é “[...] detentor da forma de violência passiva, quando por omissão não evita que os povos do campo sejam vítimas da violência física, psicológica ou até mesmo moral”. A situação da comunidade Água Vermelha não é muito diferente de Laranjal.

A gente ganhou a casa do programa Nossa Terra Nossa Gente, só que não ganho terra, ficou impedido de pegar terra em outro lugar para trabalhar, tem uns que tem 20 hectares, outros tem três hectares, outros tem dois hectares, outros tem um, outros tem meio. Nós estamos rodeados por fazendeiros. São 80 famílias pertinho, antigamente não teve divisão, não teve separação de terra, morava tudo livre. Os fazendeiros foi comprando de outros donos que tinha a terra maior, foi cercando, as vezes pegou até pedaço que não era para pegar. Antigamente comprava 10 hectares e cercava 20 hectares, e assim foi espremendo, e foi ficando naquela situação. É até difícil conseguir um recurso para trabalhar, porque não tem terra para trabalhar. Até mesmo o corgo, o fazendeiro lá em cima fez tanque de peixe, quando chegou um tempo esse tanque dele desbarrancou tudo, o corgo que nos tinha um tanque bonito foi tudo embora, acabou com tudo, estragou tudo. Agora que estão produzindo soja, antigamente era só pasto (Francisca das Chagas Silva - Relato durante o I Mapeamento).

Novamente aparecem resquícios de uma história conflituosa, marcada por injustiças, violação de direitos, opressão, dominação e expropriação do território de maneira fraudulenta por parte dos latifundiários. Historicamente, a violência é mais frequente nas comunidades que questionam o pretense domínio das terras que elas têm historicamente como suas ocupadas por fazendeiros (LEROY, MEIRELES, 2013).

Na contramão estão os camponeses, pequenos agricultores, quilombolas, assentados e tantos outros grupos que são violentados diariamente e impossibilitados de permanecerem em seus territórios. Infelizmente, essa situação faz com que os povos tradicionais deixem o campo para viver nas zonas de risco dos grandes centros industrializados, e provavelmente o latifúndio, a pecuária ou as monoculturas estão entre causas desse movimento migratório (PACHECO; FAUSTINO, 2013).

O relato evidencia que a ausência de regularização das terras provoca consequências negativas na vida dos moradores da comunidade Água Vermelha e Laranjal, principalmente relacionados à soberania alimentar. Além disso, o fato de

estarem espremidos pelos latifúndios faz com que ocorra a perda da identidade com o território que habitam, agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade social e econômica desses grupos.

Compreendemos que a história brasileira caracteriza-se pela sobreposição de um grupo com maior poder econômico sobre os grupos com menor poder econômico. Para Porto (2013, p.142), essas situações vivenciadas por diferentes grupos sociais expressam que “a concentração fundiária e a expansão dos monocultivos são responsáveis pelas disputas nos territórios rurais e se constituem em elemento central para compreendermos a geração de conflitos no campo”. No assentamento Agroana Giral os desflorestamentos foram e continuam sendo realizados.

Desmatamento esse existe, a gente quer saber como barra, compra e começa a desmatar. Tem grandes fazendas, mas ainda não temos o uso de agrotóxicos perto, está indo daqui para lá agora, tomara que não atravessasse o Macaco. Agora a gente queria ver se conseguia um jeito de poder fazer um documento para essas pessoas, que a gente possa denunciar e ser cumprido essa ordem, porque não adianta nada eu denunciar e ficar por isso mesmo. Denunciar e ter a lei que te protege, você até quer denunciar só que não pode (Edson Alves Antunes - Relato durante o I Mapeamento).

Os desmatamentos realizados para a expansão do agronegócio provocam impactos ambientais extremamente negativos para os/as raizeiros/as e extrativistas muito presentes nesta região. Em Laranjal, Maravilha, Forquilha, Zé Alves, Rodeio, Barreirinho, Bandeira e Água Vermelha os/as moradores/as apresentam a mesma preocupação já evidenciada na narrativa do/a morador/a de Agroana Giral. Para Jaber-Silva (2012, p. 154), os desmatamentos provocam impactos relacionados “[...] a perda da biodiversidade, a exposição do solo, o assoreamento dos rios, a redução do regime de chuvas, comprometem os importantes ciclos naturais e alteram as funções ambientais e os serviços ecossistêmicos”.

Embora a expansão dos monocultivos no Cerrado do Pantanal gere impactos indesejáveis, representando uma ameaça na continuidade do modo de vida dos diferentes grupos sociais, esses grupos sociais em situação de vulnerabilidade ainda insistem em afirmar que não existem conflitos. Para melhor compreensão apresentamos a narrativa do morador do assentamento Cavalão Branco e da moradora da comunidade tradicional Água Vermelha.

“[...] lá é tranquilo, não tem conflito, lá pertinho não tem soja não” (Antônio José Raimundo dos Santos - Relato durante o I Mapeamento).

“[...] tem fazendeiros ao redor. Mas não é conflito de briga, as vezes o conflito é assim, nem todos os fazendeiros aceitam catar o Cumbaru na propriedade, não sente compaixão das pessoas de colaborar [...]” (Francisca das Chagas Silva - Relato durante o I Mapeamento).

Em relação às narrativas, observamos compreensões diferenciadas, na primeira fica visível que a ausência de conflitos está relacionada ao distanciamento da monocultura, na segunda narrativa evidenciou-se uma situação de invisibilidade ocasionada pelo fato de estarem imprensados entre as cercas, e impossibilitados de realizarem o extrativismo do Cumbaru, já que os latifundiários não permitem a entrada nas propriedades. Todas essas situações de injustiça ambiental e social sobre esses grupos marginalizados e vulnerabilizados “não é de se admirar que, nessas condições, impere a violência” (LEROY, MEIRELES, 2013, p. 126). Porém, esses grupos não reconhecem essas situações enquanto conflitos.

A expansão dos monocultivos representa a principal atividade econômica geradora de conflitos e injustiças socioambientais. Ressaltamos que conflitos não são necessariamente embates de natureza física como assassinatos, para Leroy e Meireles (2013, p. 127) “além a violência direta, exercida sobre os corpos e as mentes, pode-se constar que está presente a violência simbólica”. Observamos nas narrativas dos/as moradores/as que os grandes latifundiários exercem a violência simbólica sobre os grupos que se encontram invisíveis entre os latifúndios.

A violência simbólica é compreendida como a imposição da força de uma classe com maior poder político e econômico sobre as classes menos desfavorecidas da sociedade. Bourdieu (1972, p. 13) definiu o poder simbólico como “qualquer poder que consiga impor significados e impô-los como legítimos quando esconde as relações de força que são o fundamento da sua força” (apud LEROY; MEIRELES, 2013, p. 127).

Para Jaber-Silva (2012, p.34), possuem os conflitos de natureza simbólica “[...] com a destruição de bens imateriais, discriminações, perda da autonomia, comprometimento da qualidade de vida, desrespeito aos bens comuns e modos de vida e a violação dos direitos [...]” e de natureza material que ocorre por meio da exploração, expropriação e apropriação dos bens naturais para a produção do

agronegócio. Assim, conflitos devem ser compreendidos tanto nos espaços de apropriação material como simbólico dos territórios.

Ambos são, por certo, espaços onde desenrolam-se as lutas sociais em geral, onde o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação. No primeiro espaço, desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. No segundo, desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital (ACSERALD, 2004, p. 23).

Para o autor, no primeiro caso relacionado ao meio ambiente, as disputas são decorrentes das apropriações dos rios entre populações ribeirinhas e projetos elétricos, entre seringueiros e latifundiários. Nesta pesquisa, ocorrem por meio dos embates silenciados entre comunidades tradicionais, assentamentos e donos dos latifúndios que possuem distintas formas de se relacionar com o ambiente.

Viégas (2009) ressalta que o mundo humano é simbolicamente construído, assim, existem concepções múltiplas de valores e interesses referentes ao trato da natureza ou do meio ambiente. Nesse sentido, as relações estabelecidas entre natureza e ser humano tornaram-se relações condicionadas, isto quer dizer que atores sociais atribuem diferentes significados aos bens naturais e ao território, ou seja,

[...] o “meio ambiente” pode ser lido como um campo de disputa estabelecido fundamentalmente no plano simbólico e o “conflito ambiental” como luta também de significações, como uma espécie particular de conflito social que envolve diferentes representações sobre meio ambiente na disputa entre outros modos de uso e apropriação, material e simbólica, de territórios (VIÉGAS, 2009, p. 146).

No contexto de desenvolvimento, o fortalecimento dessas atividades provoca conflitos entre os grupos sociais e os donos dos monocultivos, eles eclodem nesta região quando ainda existem árvores e os latifundiários não permitem a entrada dos extrativistas nas propriedades para realizarem a coleta do Cumbaru ou de outras espécies nativas. Outra grave situação são os desflorestamentos propositalmente realizados para desmobilizar a luta das comunidades que sobrevivem da coleta do Cumbaru, como narra a moradora da comunidade Água Vermelha.

[...] lá a turma pegava também, lá derrubou fazer o que. O que a gente tem é só o quintal da casa [...]. Não tem nem como ir contra, nós não podemos fazer nada contra eles, eles têm o poder. Tem um fazendeiro

lá ao redor que é amigo, ele não impede de tirar o Cumbaru, ele nasceu e criou ali, crescemos juntos, tem outro fazendeiro que não deixa entrar para tirar o Cumbaru” (Francisca das Chagas Silva - Relato durante o I Mapeamento).

Como consequência têm-se desenhado um cenário de conflitos materiais e simbólicos silenciados. O silenciamento por parte dos grupos que estão sendo invisibilizados nos territórios tem se dado pelo medo das ameaças que sofrem. Identificamos que esse vínculo de amizade entre latifundiários e moradores/as das comunidades são frequentes. Podemos dizer que essa familiaridade construída ocorre pelo fato da grande maioria vender a mão de obra para os latifundiários, e o medo de perder a única opção de emprego faz com que estabeleçam esse elo.

Essa perspectiva se fortalece ao ser observado as narrativas da grande maioria dos/as moradores/as ao relatar sobre a introdução das monoculturas e aplicação de agrotóxicos nos monocultivos ou áreas de pastagens, o frequente uso afeta diretamente a vida dos moradores que nada podem fazer. Entendemos que nessa relação “[...] é a cultura dominante que opera e legitima as distinções, definindo posições sociais, subculturas e sistemas simbólicos, obrigando dominados a se definirem sempre em referência à distância que mantêm em relação à cultura dominante” (VIÉGAS, 2009, p. 149). Essa relação de dominação de uma classe sobre a outra se materializa nas comunidades inseridas no Cerrado do Pantanal.

Consideramos que as populações assentadas, quilombolas e tradicionais sofrem todas as pressões ocasionada pela expansão das atividades economicistas capitalistas vigentes, pautada por critérios de crescimento econômico de natureza produtivista e consumista. Conseqüentemente produzem reações por parte de movimentos sociais, grupos e populações que se sentem atingidos em seus direitos fundamentais como saúde, trabalho, cultura, preservação ambiental e uso de espaços, bens e serviços públicos (PORTO; MILANEZ, 2009; ACSERALD, 2004). No assentamento Agroana Giral a narrativa mostra a revolta existente neste território.

Diz que no Pantanal não pode plantar soja, quero saber onde está essa lei para nos poder buscar ela, para nos poder colocar em cima da mesa para esses produtores saber que não pode plantar soja aqui no Pantanal, fazer valer a lei. Se eles quer plantar soja, eles que vai para onde pode plantar soja, apesar que faz mal, mas lá eles optou por morar lá, nós optamos por morar aqui, não queremos química. Agora quem quiser plantar com veneno, vai plantar onde pode plantar. A única reclamação é do veneno que tá chegando na nossa comunidade e nós não tem como barrar isso, porque os grandes têm

uma grande quantidade de terra e a gente é pequeno, um passarinho chega lá e fala não põe fogo, não arranca a árvore, ele vai brigar comigo, quem sou eu para brigar? Aqui no Pantanal não era para ter plantação de soja, então retira a soja daqui, nós é mais do que eles, eles podem ter terra mais do que nós, mas nós é mais do que eles (Antônio Costa Dias - Relato do I Mapeamento).

Esse sistema produtivo utiliza-se de uma grande quantidade de agrotóxicos que atingem não só as lavouras, mas as casas, as escolas, causando impactos que afetam diretamente a vida dos povos do campo, como a destruição dos ecossistemas; o assoreamento e contaminação de mananciais hídricos como nascentes, córregos e rios; a contaminação do solo, do ar, do lençol freático e coloca em risco a vida e a saúde das populações que convivem diariamente nos territórios com as aplicações de agrotóxicos nas monoculturas.

A despeito do constante uso de agrotóxico, o governo do estado de Mato Grosso estabelece o decreto n. 8.588, de 27 de novembro de 2006, sendo este revogado pelo decreto n. 2.283, de 09 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o uso, aplicação, produção, comércio e transporte de agrotóxicos. O decreto n. 2.283/09, no Art. 46º, nos parágrafos I, IV e V determina que não é permitida a aplicação terrestre de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínima de: a) 300 (trezentos) metros de povoações, cidades, vilas, bairros, de mananciais de captação de água para abastecimento de população; b) 150 (cento e cinquenta) metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais; e c) 200 (duzentos) metros das nascentes, ainda que intermitentes.

Posteriormente, entra em vigor o decreto n. 1.362, de 13 de setembro de 2012. No Art. 26º, inciso I fica estabelecido que “não é permitida a aplicação terrestre mecanizada de agrotóxicos e afins em áreas situadas a uma distância mínima de 90 (noventa) metros de povoações, cidades, vilas bairros, e mananciais de captação de água, moradia isolada agrupamento de animais e nascentes ainda que intermitentes”. Ao observar o decreto n. 1.362/12 diminuindo a distância do uso de agrotóxicos, entende-se que este estado burguês tem contribuído drasticamente com as injustiças socioambientais no estado. Na comunidade Laranjal e Forquilha ocorrem os mesmos impactos.

“[...] quando bate esse veneno parece que está dentro da casa, pode ser de noite, é muito forte ele faz mal para a gente. Até um dia eu sai daqui com aquele senhor do Jejum para denunciar” (Adna Senhora Teixeira – Relato I Mapeamento).

“O impacto que tem é a soja que está ai, os agrotóxicos. Aqui não precisa ir muito longe não, essa fazenda aqui do lado bate veneno mês a mês, aqui é só área de pastagem, limpa a pastagem com veneno só. Aqui tinha muito Cumbaru foi tudo desmatado era uma das maiores fazendas, tinha muito Cumbaru, muito pé de Cumbaru, foi todos desmatados” (Tiago de Oliveira - Relato I Mapeamento).

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE) em 2017, Mato Grosso é o maior produtor de grãos nacional, esses dados demonstram que as pulverizações nas áreas plantadas para manter a alta produtividade também ocorreram em grande quantidade. Outro fator relevante apresentado pelo assentamento Agroana Giral é referente à ausência ou morosidade das leis brasileiras que pouco tem feito para regularizar situações de envenenamento das populações que vivem no campo, porém, o morador da comunidade Forquinha ainda acredita que essa situação tem solução.

“[...] força do poder lá em cima, do poder judicial, se você for bater de frente nois pequeno com os fazendeiros, se sabe que cada um tem uma índole, você sabe se medir as forças não vai valer a pena. Acho que temos que achar meios para o poder judiciaria intermediar essa situação, porque só a força entre nois não vai resolver nada” (Tiago de Oliveira - Relato I Mapeamento).

Observamos que os/as moradores/as de algumas comunidades ainda acreditam no poder das leis brasileiras, mas elas pouco fizeram até os dias de hoje para assegurar direitos que são comuns a todos. Notamos que o uso de agrotóxicos tem como objetivo não apenas matar as “ervas daninhas e os micro-organismos”, mas também provocar a morte da biodiversidade e a contaminação das populações que sobrevivem no campo. No Cerrado do Pantanal além da utilização constante de agrotóxicos, moradores relataram outros impactos ambientais que são causas propulsoras de conflitos socioambientais nesta região. Os/as moradores/as de Barreirinho e Rodeio respectivamente, ressaltam que:

“[...] tem queimada ilegal, ano passado ficou branco de peixe, foi procurar o fazendeiro, jogou veneno no pasto ai veio a chuva, não era ninguém o culpado. Matou todos os peixes, os rios estão secando em virtude do assoreamento provocados pelos desmatamentos” (Carlos Gonçalves de Barro - Relato I Mapeamento).

Queimada ilegal, você não sabe de onde veio, desmatamento dos fazendeiros. No caso lá do Rodeio, tem o Rio Taquaral, a uns oito anos atrás entrou e desmatou toda a nascente do Rio Taquaral lado a lado. No Taquaral também tem a questão dos agrotóxicos. No Rio Figueira tava tendo um conflito por causa do peixe, fizeram uma barreira para

pegar água, o fazendeiro foi lá e fechou o rio, a SEMA de Poconé foi lá e desobstruiu (Aurélio Marcos de Assunção - Relato I Mapeamento).

As queimadas ilegais geralmente são realizadas por agricultores ou pecuaristas para desmatarem grandes áreas a fim de iniciar as monoculturas ou outras atividades agrícolas, essas ações têm provocado a degradação ambiental, o empobrecimento do solo, afetam também imensamente a fauna e a flora local, além disso, o fogo causa emissões de gases que agravam o aquecimento global. Jaber-Silva (2012) ressalta que os impactos decorrentes das queimadas são constantes e associados à dinâmica do desmatamento, da degradação, da exploração madeireira e atingem diretamente a vida dos povos do campo, contribuindo para o aumento dos casos de doenças respiratórias, perda de suas roças e, algumas vezes, da própria moradia.

Neste cenário, conflitos envolvendo a apropriação da água têm sido cada vez mais comuns como nos relata a moradora do quilombo Laranjal:

“[...] o projeto quando foi feito, furou o poço aqui na parte mais baixa, lá na parte mais alta a água não chega. Lá tá sem poço, Rio mais próximo é o Corcunda, ele seca e fica só os poços” (Adna Senhora Teixeira - Relato I Mapeamento).

Além disso, observamos a ausência de corpo d'água em grande abundância, os desmatamentos promovidos principalmente pelos donos dos latifúndios somado aos assoreamentos das nascentes dos córregos e rios são fatores que tem contribuído para a diminuição da disponibilidade dos bens hídricos na região. Embora o Pantanal seja a maior planície inundável do mundo, essas populações sofrem com a ausência de água. Essa situação fica evidente no depoimento de Zé Alves:

Nós tivemos um problema com o nosso rio aqui, foi de acordo com o desmatamento na cabeceira lá em cima. Esse riozinho não secava. Então depois que veio “na verdade era da usina”, o fazendeiro doou um pedaço para a usina na época que plantou a cana, a monocultura da cana e ai ele rebentou tudo. Ele gradeou a cabeceira e a enxurrada veio para o Corguinho, e hoje ele seca (Izaul Brito - Relato I Mapeamento).

Refletindo sobre a disponibilidade e escassez da água, Porto-Gonçalves (2016) e Amorin (2017) afirmam que conflitos que derivam da apropriação do uso e controle da água tendem a aumentar, isso se justifica pelo fato que antigamente a escassez de água atingia somente populações com menos poder econômico, atualmente está problemática atinge a todos independentemente da classe social. Outra causa

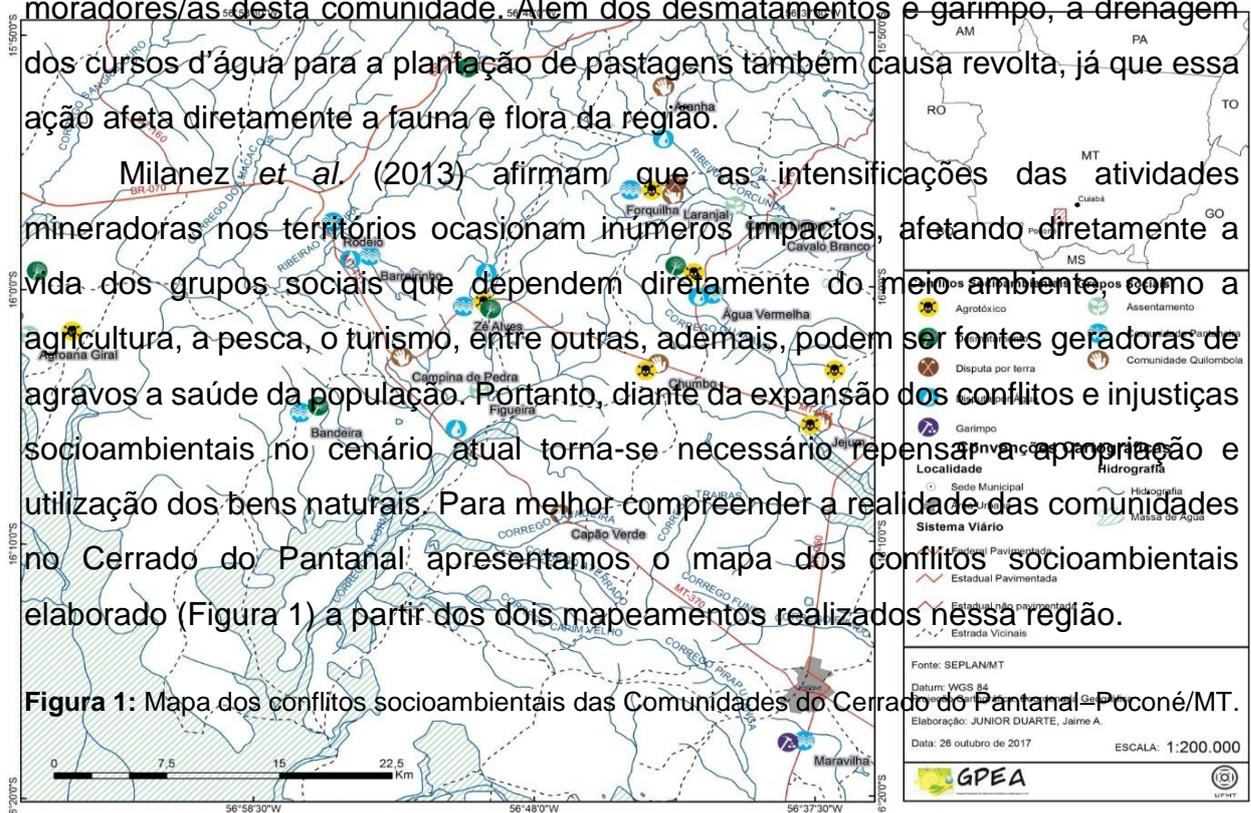
propulsora de conflitos envolvendo água são os garimpos realizados na proximidade de Maravilha.

Lá na comunidade Maravilha o conflito que dá lá é garimpo, lá passa o rio Piranema, próximo a Maravilha, Boi de Carro, Bitencourt, tá assoreando tudo o rio e contaminando com mercúrio, desce para o Pantanal, a cabeceira dele está sendo desmatada até próximo a nascente, só não entrou porque se entrar atolava, porque é brejo. Tem propriedade do outro lado da nascente que já fizeram dreno na cabeceira do Piranema e plantaram pasto para os animais e do outro lado soja que está chegando. Esse Piranema passa na comunidade Maravilha e no PA Modelo. Hoje não existe mais peixe, o rio se transformou só em Loleia de garimpo e mercúrio. Um estudo feito pela Universidade os peixes estavam sendo contaminados lá no rio Bento Gomes onde o Piranema desagua. O rio Bento Gomes desagua no Pantanal, então acredito que as espécies de peixe estão contaminadas pelo mercúrio e a água de péssima qualidade, muita ferrugem, não tem como você atravessar porque lá virou uma areia movediça, então isso é uma reclamação constante dos moradores/as. Nas baias onde a lama do garimpo vai os animais estão atolando e morrendo, isso já foi debatido a nível de município, mas até agora nada foi feito (João Maria Chaves - Relato I Mapeamento).

O desmatamento somado as atividades de garimpagem com a utilização de mercúrio têm provocado sérios impactos socioambientais, entre elas a contaminação das águas, ar, solo, a morte dos peixes afetando diretamente a vida dos/as moradores/as desta comunidade. Além dos desmatamentos e garimpo, a drenagem dos cursos d'água para a plantação de pastagens também causa revolta, já que essa ação afeta diretamente a fauna e flora da região.

Milanez *et al.* (2013) afirmam que as intensificações das atividades mineradoras nos territórios ocasionam inúmeros impactos, afetando diretamente a vida dos grupos sociais que dependem diretamente do meio ambiente como a agricultura, a pesca, o turismo, entre outras, ademais, podem ser fontes geradoras de agravos a saúde da população. Portanto, diante da expansão dos conflitos e injustiças socioambientais no cenário atual torna-se necessário repensar a apropriação e utilização dos bens naturais. Para melhor compreender a realidade das comunidades no Cerrado do Pantanal apresentamos o mapa dos conflitos socioambientais elaborado (Figura 1) a partir dos dois mapeamentos realizados nessa região.

Figura 1: Mapa dos conflitos socioambientais das Comunidades do Cerrado do Pantanal Poconé/MT.



Fonte: ORGANZADO POR VALLES; PRODUZIDO POR DUARTE JUNIOR, 2011.

CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA

Nessa travessia utilizando a metodologia Mapa Social para mapear os impactos e conflitos socioambientais nas comunidades inseridas no Cerrado do Pantanal, participaram 11 comunidades, sendo: 7 tradicionais, 1 quilombola e 3 assentamentos onde foram registradas seis causas propulsoras de conflitos: disputa por terra, desmatamentos, queimadas, garimpo, disputa por água e uso de agrotóxicos que ocorrem principalmente entre quilombolas e fazendeiros; assentados e fazendeiros; povos tradicionais e fazendeiros; e entre quilombolas e quilombolas.

Os grupos presentes neste território se dividem principalmente entre extrativistas e agricultores familiares camponeses que possuem identidade, cultura, costumes e um modo muito particular de se relacionar com o ambiente, diferente dos latifundiários que transformam os bens naturais (água, solo, fauna, flora, entre outros) em recursos para atender aos interesses capitalistas.

Com a exploração contínua dos bens naturais pela pecuária extensiva somado ao avanço das monoculturas tem ocasionado impactos culturais, sociais, ambientais e climáticos indesejáveis, influenciando diretamente a vida dos grupos presente nos territórios, provocando injustiças e conflitos socioambientais entre os grupos que possuem modos diferentes de se relacionar com o ambiente. Destarte, os conflitos mapeados foram considerados tanto no campo material como no campo simbólico.

Para Jaber-Silva (2012, p. 68), o macrocosmo deste estado é composto por um espaço de descontinuidades e contradições, “de um lado, uma natureza de complexa biodiversidade, composta por um mosaico de ricos biomas, somado a uma diversidade imensa de comunidades e de povos que vivem em múltiplos espaços”. E do outro lado, geralmente separados apenas pelas cercas “[...] gigantescas áreas de pecuária, de monoculturas de soja e de algodão, de usinas hidrelétricas e de outras atividades impactantes, algumas vezes, desenvolvidas sem amparo legal e, em sua maioria, sem o compromisso ético socioambiental necessário” (p. 68).

Essa realidade pode ser observada nas comunidades inseridas no Cerrado do Pantanal, de um lado grandes extensões de monoculturas que ocupam agressivamente os espaços naturais, e do outro, comunidades tradicionais, povos quilombolas e assentados que permanecem nos territórios tentando coexistir com as monoculturas, mantendo formas de plantar/colher baseada no cuidado com o ambiente. Com *esperança do verbo esperar* como nos fala o educador Paulo

Freire esperamos que o “Mapa dos conflitos socioambientais das Comunidades do Cerrado do Pantanal” que compõem os resultados desta pesquisa torna-se um instrumento luta e resistência para os grupos sociais invisibilizados nos territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José A. **Justiça Ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2004.

AMORIM, Priscilla M. de. **Latas d’água nas cabeças**: percepções sobre natureza e cultura na escola e na Comunidade quilombola de Mata Cavalo. 2017. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

BOFF, Leonardo. Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia R. da S.; ANDRADE, Thiago V. P. (Orgs.). **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é só uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL, Instituto Brasileiro Geografia e Estatística - IBGE. Indicadores de desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/biblioteca/pesquisas/indicadores-de-desenvolvimento-sustentavel-brasil>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia, CPT Nacional – Brasil, 2016.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; NETTO, Guilherme Franco. Prefácio. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

COSME, Claudemir M. Crítica à transformação capitalista da água em mercadorias: águas para a via, não para a morte. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia R. da S.; ANDRADE, Thiago V. P. (Orgs.). **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional, 2016.

JABER-SILVA, Michelle. **O mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso**: denunciando injustiças ambientais e anunciando táticas de resistência. 2012. 253f. Tese (Doutorado e Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

LEROY, Jean P.; MEREIRELE, Jeovah. Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: PORTO, Marcelo F.; PACHECO, Tania; LEROY, Jean P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **A refundação do Brasil: rumo a uma sociedade bio-centrada**. Ed. Rima - São Carlos, São Paulo, 2011.

MARTÍNS, Alier J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa – ALMT. **Lei nº 8.588, de 27 de Novembro de 2006**. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/>>. Acesso: 10 set. 2017.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa – ALMT. **Decreto nº 2.283, de 09 de Dezembro de 2009**. Disponível em: <www3.indea.mt.gov.br/>. Acesso: 10 set. 2017.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa – ALMT. **Decreto nº 1.362, de 13 de Setembro de 2012**. Disponível em: <www3.indea.mt.gov.br/>. Acesso: 10 set. 2017.

MILANEZ, Bruno et al. Injustiça Ambiental, Mineração e Siderurgia. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

MOREIRA, Déborah L. **Território, luta e educação: dimensões pulsantes nos enfrentamentos dos conflitos socioambientais mapeados no Quilombo de Mata Caval**. 2017. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. In: PORTO, Marcelo F.; PACHECO, Tania; LEROY, Jean P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

PORTO-GONÇALVEZ, Carlos W. et al. Os cerrados e os fronts do agronegócio no Brasil. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia R. da S.; ANDRADE, Thiago V. P. (Orgs.). **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional, 2016.

PORTO, Marcelo F.; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 4, p. 26-27, 2009.

PORTO, Marcelo F. Injustiça Ambiental no Campo e nas Cidades: do agronegócio químico-dependente às zonas de sacrifício urbanas. In: PORTO, Marcelo F.; PACHECO, Tania; LEROY, Jean P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

SATO, Michèle. Cartografia do imaginário no mundo da pesquisa. In: ABÍLIO, Francisco (Org.). **Educação ambiental para o semiárido**. João Pessoa: UFPB, 2011.

SILVA, Regina A. da. **Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil**. 2011. 221f. Tese (Doutorado em Ciências) -

Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

SILVA, Rosângela R. da S. Modelo estruturado para concentração e apropriação capitalista. In: WERNER, Inácio; SATO, Michèle (Orgs.). **Relatório dos direitos humanos e Terra: Mato Grosso 2015**. Cuiabá: Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso, 2015.

SILVA, Regina; JABER-SILVA, Michelle; SATO, Michèle. Mapeamento social participativo: mundos entre a pesquisa educativa e o ativismo ecológico. **Revista ambientalMentesustentable**, v. 1, n. 13-14, p. 7-23, 2012.

VIÉGAS, Rodrigo N. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 145-157, 2009.

WELCH, Clifford A. Conflitos no campo. In: CALDART, Roseli S. et al. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. 2. reimp. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.